



A METODOLOGIA DESPERTAR A busca por um planejamento urbano focado nos usuários do lugar a partir do urbanismo colaborativo

Autores:

Mariana Araújo de Oliveira - marianadeoliveira2018@gmail.com

Carla Camila Girão Albuquerque - Universidade de Fortaleza - UNIFOR - camilagirao@unifor.br

Resumo:

Este trabalho aborda a confecção da Metodologia Despertar, uma metodologia de Urbanismo Colaborativo cujo objetivo é a realização de um diagnóstico e Plano para bairro em conjunto com a comunidade. Elencando características, talentos e materiais locais e buscando efetivar propostas que dinamizem o cotidiano, potencializem espaços apontados pela população e integrem no processo a ideia de pertencimento a uma comunidade, a metodologia foi cunhada de forma preliminar e aperfeiçoada a partir de uma aplicação no bairro Vila Neuma, em Iguatu-CE, em ocasião de um Trabalho de Conclusão de Curso. A iniciativa permitiu compreender a forma de comportamento dessa população e fortalecer o consenso de união comunitária a partir da grandeza do fazer, buscando atuar como um adendo aos métodos colaborativos emergentes na construção de um planejamento urbano que busca envolver todos os agentes no pensamento de soluções em prol de cenários positivos para as cidades.

A METODOLOGIA DESPERTAR

A busca por um planejamento urbano focado nos usuários do lugar a partir do urbanismo colaborativo

INTRODUÇÃO

Os processos participativos vêm sendo mencionados nos planos diretores funcionando como uma maneira de coletar dados que gere produtos mais coerentes com a realidade local. Ainda que a menção dessa participação popular configure-se como um avanço a métodos tradicionais nos quais o planejador urbano se insere como objeto externo em um local e projeta a partir de conhecimentos que não condizem com as reais necessidades das pessoas que ali vivem, faz-se necessário o uso de métodos que vão além da coleta de dados e configurem uma participação efetiva da população em um processo completo, incluindo uma compreensão real do que está sendo feito e uma comunicação pelas duas partes.

A vivência urbana é o coexistir dos diferentes agentes que interagem entre si em espaços públicos, semi-públicos e privados. A percepção de que existem diferentes personalidades urbanas traz a relevância do tema a ser abordado aqui, na forma de uma alternativa a métodos diagnósticos tradicionais: o uso de uma metodologia de urbanismo colaborativo, fundamentada na vertente de urbanismo tático, como uma estratégia de centralizar a população local de uma comunidade na concepção de um diagnóstico e projeto para a área. Essa metodologia, denominada Metodologia Despertar¹, é fundamentada num conceito onde o pesquisador se coloca no espaço com uma percepção livre a ser moldada a partir do que lhe é apresentado pela população e dos laços que forma com ela, em oposição

¹ A Metodologia Despertar, que será apresentada aqui, foi cunhada em um trabalho de Conclusão de Curso e aplicada no bairro Vila Neuma, na cidade de Iguatu, no Centro Sul Cearense. A relevância do tema se dá a partir da possibilidade de replicar a metodologia em outras situações a partir da ótica da colaboração, realizando adaptações de acordo com cada realidade à qual ela for inserida, mas mantendo uma estrutura base a ser apresentada neste artigo. Os procedimentos metodológicos para execução desse artigo se deram a partir da reorganização dos conteúdos do Trabalho de Conclusão de Curso em questão, cuja confecção se deu em três etapas. A primeira consistiu em realizar a pesquisa em busca do referencial teórico relacionado aos temas abordados no trabalho. Foram, também, realizadas visitas de campo à cidade de Iguatu, o que auxiliou na escolha do bairro onde seria aplicada a metodologia de urbanismo colaborativo, a partir de critérios de escolha como ser um bairro periférico e já possuir um senso comunitário. Em uma segunda etapa, foi realizado o processo de escrita do referencial. Por fim, na terceira etapa, foi realizado um levantamento do histórico do planejamento participativo relevante à escala trabalhada aqui, bem como estudos de casos que acrescentassem ao debate. Delineou-se então, uma Metodologia de Urbanismo Colaborativo a ser aplicada no Bairro Vila Neuma, durante toda a execução do diagnóstico e Plano Geral para a área, tendo sua finalização em uma intervenção colaborativa em um espaço público elencado pela comunidade. Essa aplicação proporcionou ajustes à Metodologia gerando o resultado apresentado neste artigo.

a concepções prévias oriundas de observações distanciadas e pré-conceitos. Parte do princípio que é preciso estar presente no lugar e formar vínculos para que ideias reais possam surgir.

Nesse sentido, o urbanismo colaborativo difere dos métodos de participação usualmente adotados por atrelar essa noção de que cada agente envolvido traz consigo potencialidades e limitações a serem levados em consideração. Utilizando os talentos de cada um e considerando pontos específicos das personalidades que participam como uma maneira de entender mais de como estes usam o espaço em questão, é possível chegar a um resultado com maior exatidão, também delineado de forma conjunta. A raiz proporcionar a quem usa o espaço a compreensão do poder que existe no senso de comunidade e na realização conjunta de uma ação. Na metodologia Despertar, uma das sugestões para essa realização é a melhoria física de um espaço público elencado pela comunidade. Nessa melhoria, o foco não é o produto entregue no espaço, mas a ideia de que ações podem ser realizadas a partir da união.

UMA INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Os processos de segregação socioespacial, quer se tratando de metrópoles ou de cidades recém-formadas, estão relacionados diretamente ao foco das decisões do Planejamento Urbano. Nesse sentido, nota-se que os projetos conectados para uma cidade e o seu desenho urbano podem seguir interesses relacionados a diversos agentes urbanos, a exemplo de construtoras, comerciantes, moradores, visitantes e turistas. Cabe ao profissional responsável por concretizá-las garantir que as propostas sigam os interesses da população que mais será beneficiada com a intervenção urbana: quem efetivamente irá utilizar. Nessa busca, os métodos de processo participativo vêm alcançando cada vez mais o reconhecimento de quem conduz a ação, numa tentativa de escutar primeiro as demandas, nivelar conhecimentos e, depois, elaborar uma proposta que corresponda às necessidades encontradas. Para compreender a formação desse cenário, faz-se necessário um entendimento do histórico da ação do planejador urbano durante o período pós industrial.

A partir das consequências oriundas da descentralização do sistema industrial e do fortalecimento do sistema capitalista como principal balizador das mudanças sociais, viu-se a necessidade de ações diretas sobre as áreas residuais desses processos, como bairros operários insalubres e áreas periféricas afastadas da infraestrutura urbana, além de novas dinâmicas urbanas e necessidades complexas que passavam a surgir.

O fim do século XIX foi um marco nesse sentido com o surgimento do urbanismo técnico-setorial, um urbanismo sanitarista citado por Campos Filho (1989, p.6) como responsável por uma reurbanização de bairros inteiros e produtor de um início de legislação urbanística. O foco era a obtenção de instrumentos para melhoria da racionalidade de organização de cidades industrializadas em deterioração. (CAMPOS FILHO, 1989, p. 6-8)

O autor cita, a partir desse primeiro tipo, outras formas de urbanização que iam surgindo e decaindo à medida que seu funcionamento era aceito ou contestado. Cabe destacar o urbanismo culturalista, fruto de uma posição que se opõe à industrialização, mas que é também tida como antiurbana, advinda do socialismo utópico. As propostas culturalistas não mostram apenas uma sociedade nova, mas também o espaço físico na qual

esta atuará, propondo uma reformulação de cidades inteiras. É um urbanismo que não é capaz de lidar com cidades já existentes e, seus problemas. Nesse ponto, vale atentar para a lógica de desordem urbana delineada por Campos Filho (1989, p.12):

[...] escondida por detrás do caos urbano, visível na deterioração ambiental, nas habitações miseráveis dos bairros pobres; na demolição e reconstrução contínuas das partes mais antigas, perdendo-se, com isso, a memória histórica; na falta crônica de uma infraestrutura adequada, especialmente de transportes, sempre congestionada em inúmeros pontos, etc.; como resultado básico de busca de propostas pelos proprietários imobiliários de valorização produzida pelo esforço coletivo. (CAMPOS FILHO, 1989, p.12)

Os aspectos citados mostram cidades que pulsam com características próprias, tanto comuns entre si, mas também individuais a cada uma delas. São formas complexas oriundas de um histórico igualmente denso, que pedem por estratégias de tratamento que analisem problemas a partir de suas raízes, em contraponto a um urbanismo que, ignorando essa realidade e pressupondo uma desconstrução do meio urbano atual a partir de uma simples reconstrução do espaço físico sem alteração das dinâmicas sociais intrínsecas a ele e que o formaram, proponha uma cidade tida como ideal.

Numa tentativa de tratar mais diretamente essas características próprias das cidades, o autor menciona em contraponto às linhas anteriores uma linha de análise sistêmica, que iniciou o caminho de visão do todo em detrimento das partes, mas ainda não se configurou como uma solução para a dinâmica apresentada, uma vez que acabava por priorizar o debate sobre a forma de chegar a um objetivo em detrimento do resultado final. (CAMPOS FILHO, 1989, p.12) Esse tipo de análise, pautada na otimização, “não questiona os fins a serem atingidos e analisa apenas os meios de atingi-los”, inviabilizando, dessa forma, que seja colocado em debate o resultado final e que seja feita uma visão mais crítica do cenário.

Essa ainda era, portanto, uma alternativa inconclusiva, tendo em vista a necessidade das cidades do período pós-industrial de uma organização que viabilizasse a solução de problemas cada vez mais conflitantes a partir dos interesses dos muitos agentes urbanos envolvidos nos processos. De fato, o autor menciona, a partir da década de 50, a formação de um novo tipo de urbanização, mais voltada para as questões sociais. Ao tratar do tema, dá destaque ao forte papel da questão rural em países como o Brasil.

Nos países de capitalismo periférico, ele se caracteriza pela percepção de que a questão urbana continua estreitamente entrelaçada com a questão rural. Nestes, o processo de migração campo-cidade continua em curso e, em alguns países, como no Brasil, tal processo de urbanização já atingiu tais níveis que a questão urbana torna-se, dia a dia, mais importante que a agrária. (CAMPOS FILHO, 1989, p.23)

Dessa forma, analisando os níveis de rede de cidade e de funcionamento interno das cidades, cunhou-se uma forma de atuação a partir dos fatores chaves da dinâmica inter e intraurbana. Cada um desses fatores é denominado pelo autor como fator estruturante, o qual “permite atuar sobre uma parcela da realidade que possui o poder de modificar, através

dele, um conjunto de grande amplitude da realidade urbana e social”. (Campos Filho, 1989, p.23)

A análise por fatores estruturantes, ainda que interessante, continua a se configurar de forma a não considerar como ponto centralizador do processo o usuário local, aspecto que pode inviabilizar o sucesso pleno do resultado final desejado. Diante desse percurso de maneiras de lidar com o espaço urbano, a percepção é de que, sendo a cidade um ambiente complexo e peculiar, o principal balizador que pode tornar possível uma intervenção é o possuidor de conhecimentos que são ausentes ao técnico externo: o morador e usuário da área. Sendo assim, não como simples executor, mas como agente unificado no processo, conhecimento técnico e empírico podem viabilizar uma proposta que efetivamente converse com a realidade local e proponha qualidade de vida. Chega-se, então, à necessidade da participação popular no processo de decisão urbana.

De fato, as estratégias de planejamento urbano utilizadas durante o período industrial e seu momento de posterior descentralização foram pautadas em processos descolados da realidade, direcionados no sentido de uma cidade ideal. A cidade era trabalhada numa camada superficial, sem atenção às bases formadoras do meio urbano – e, mais tarde, a partir de um reconhecimento de padrões da cidade, mas ainda de forma generalizada. Nesse sentido, a participação popular aparecia de forma pontual em cada uma das fases de concepção, tendo papel no levantamento de dados e coleta de opiniões, mas sem peso na decisão final definitiva. Contestando os moldes tradicionais e aperfeiçoando essas tentativas de participação do usuário local – tornando-o o ponto centralizador do processo, surge um sistema participativo mais ativo desde a fase de diagnóstico e com característica de atuação em microescala com expectativa de melhor absorção das necessidades a partir da vivência de imersão proporcionada pelas experiências com a população local. Para compreensão dessa nova visão de planejamento urbano e concepção projetual, busca-se compreender esses procedimentos a partir de suas origens.

Os processos participativos têm se mostrado como ponto-chave na requalificação urbana, tendo em vista esse processo de distanciamento das cidades dos seus centros. As complexidades a serem abordadas se tornam maiores à medida que as divergências entre os bairros de uma mesma cidade aumentam, enquanto vínculos relacionais entre eles continuam existindo e devem ser exaltados para uma melhor unificação da totalidade urbana.

O processo participativo se dá no momento em que almeja-se fazer um levantamento participativo, uma análise conjunta dos dados, ter transparência na comunicação e na transmissão de informações. Quando ocorre a participação de várias pessoas no planejamento, abre-se um leque maior de opções, mais experiências a serem passadas, diferentes olhares sobre os temas tratados, além de permitir a ampliação da capacidade de ação com qualidades que se complementam. (BIGI, 2016)

Nesse sentido, cabe levantar alguns dos conceitos que Souza (2010) aborda relacionados à teoria de Habermas. Ainda que aponte pontos negativos da teoria, traz notáveis aspectos que podem ser levados em consideração trazendo uma reflexão positiva. Primeiramente, tem-se a referência ao agir comunicativo, apontado como um caminho para

“chegar-se a acordos voluntários em nome da cooperação” (Souza, 2010, p. 149). Em seguida, o autor traz ao debate que a racionalidade instrumental – que lida com a otimização dos meios – é apenas uma das formas de racionalidade, tendo também grande relevância a racionalidade comunicativa.

Uma não menos importante forma de comunicação é a racionalidade comunicativa, a qual floresce por meio do agir comunicativo, e pode ser o fundamento de uma discussão racional a propósito dos próprios fins. (Souza, 2010, p.149)

O autor reforça, ainda, que enquanto a racionalidade instrumental está mais focada na estratégia e eficiência, podendo conter aspectos danosos a um processo colaborativo, como a dominação e manipulação, a racionalidade comunicativa “é orientada pela busca do entendimento comunicacional” (Souza, 2010, p.149). Enquanto sabe-se da importância desse agir coletivo, deve-se ter em mente que igualmente importante se faz o autoconhecimento comunitário. O autor coloca que “um certo grau de autonomia individual e coletiva é um pré-requisito para a ação comunicativa” (Souza, 2010, p.150). Dessa forma, a comunidade ser capacitada ou já ter previamente uma organização própria, para que seja efetivada a comunicação.

De fato, um processo participativo é uma forma de interação entre o executor de uma obra e seu receptor e a importância dessas dinâmicas vem se consolidando nas últimas técnicas de forma veemente. Está presente no discurso dos governantes, seja na implementação de grandes obras ou na requalificação de pequenas áreas de lazer públicas, a exaltação da participação comunitária na concepção de ideias.

Observa-se, entretanto, que esse discurso ainda se qualifica como uma visão tecnocrática da realidade, ainda que seja uma tentativa de mudança de status em relação à forma anterior de fazer a cidade. Atualmente, a urbe encontra-se numa fase de transição, onde o planejador urbano não deve mais ser visto como o técnico que possui conhecimento superior ao do local, mas sim como um colaborador a apresentar ferramentas que efetivam ideias dos próprios moradores. Um discurso que viabilize processos participativos, mas que não dê poder ao cidadão de forma real, tornando sua visão o ponto central da construção, podem inviabilizar todo o resultado, gerando espaços que futuramente não terão senso de apropriação e se tornarão obsoletos.

Bigi (2010) alerta, ainda, para situações danosas em que a ação participativa termina no levantamento, assumindo uma característica de comprovação de hipóteses. Nesses casos, o processo torna-se um meio ilusório, no qual a população acredita ter seu posicionamento levado em consideração num resultado final, sem efetivamente atuar nas decisões finais do projeto. Nesse sentido, a autora fala de certas dificuldades a serem contornadas na aplicação desse tipo de metodologia, como “[...] a expectativa da comunidade por serviços prontos e falta de consciência da existência de autonomia, baixo recurso, mobilizar e articular grupos [...]”. (BIGI, 2010) Entretanto, essa participação deve ser vista além de seu valor imediato, mas a partir dos resultados que traz a longo prazo, no formato de uma melhor apropriação das intervenções realizadas.

Cabe trazer, para melhor compreensão desses aspectos a escada de participação do cidadão (Fig. 1) cunhada por Arnstein (1969). É relevante reforçar o fato de que esse assunto tem sido tratado desde a década de 60 nos Estados Unidos, mostrando que o tema dos diferentes tipos de participação popular e formas de realizar essa interação não é novo. À medida que a dimensão de sua importância e sua consolidação chega a novos setores profissionais, acadêmicos e sociais, os resultados passam a ser cada vez mais palpáveis. É por meio da unificação desses setores que as ações tornam-se possíveis, colocando sempre a população local como centralizadora dos processos.

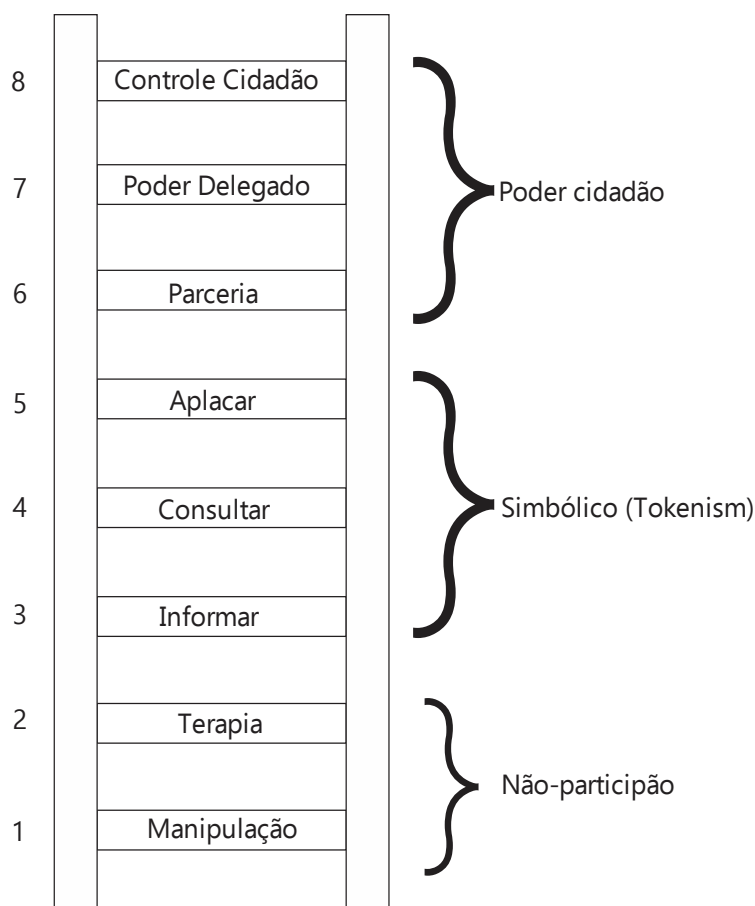


Figura 1: Escada da participação cidadã.

Fonte: Sherry R Arnstein, 1969, adaptado pela autora.

Os níveis da escada mostram que, muitas vezes, a participação é utilizada como meio de “Manipulação” (1) ou “Terapia” (2), caracterizando uma não-participação e sim uma maneira de inculcar na população ideias predeterminadas pelos agentes veiculadores. Nos itens intermediários, “Informar” (3), “Consultar” (4) e “Aplacar” (5), tem-se a participação como coleta de informações e maneira de repasse de decisões governamentais. Ainda que unifique mais e quebre barreiras locais, esse nível ainda não garante que as necessidades expressadas pelos participantes sejam efetivamente atendidas. É apenas no nível mais alto, “Parceria” (6), “Poder delegado” (7) e “Controle cidadão” (8), é que existe uma situação efetiva de poder dos agentes locais, na qual sua voz se torna igual ao dos executores das ações de forma conjunta.

É a partir desse nível que a população não só influencia em decisões, mas acompanha seu processo de realização e mudanças em tempo real.

O termo Urbanismo Colaborativo surge como nova abordagem no intuito de compreender os diferentes tipos de saber – empírico e técnico – e de que formas estes podem se unir para viabilizar um resultado final que tanto reflita as necessidades reais de uma comunidade ou população residente de uma área, mas que também componha métodos e técnicas adequadas para uma boa qualidade de vida dos usuários.

A abordagem popular, de trazer voz aos usuários locais e empoderá-los para que se sintam pertencentes ao ponto de intervir em sua cidade, a fim de torná-la adequada às suas necessidades, é tão ou mais importante que o resultado da intervenção em si, no momento que a construção é finalizada (LANER, 2017, p.441)

Laner (2017) reforça, ainda, os dois meios com os quais o Urbanismo Colaborativo pode se dar: durante a elaboração e execução de uma intervenção urbana pelos cidadãos locais e de que forma essa intervenção será usada posteriormente. Não basta, portanto, ter a participação popular numa fase diagnóstica, como uma coleta de dados e tornar a fase projetual um processo fechado para a equipe técnica. Tendo um ciclo inteiramente aberto ao público e conjunto, o processo se torna muito mais rico e o resultado, possuidor de conhecimentos que o planejador seria incapaz de adquirir como observador externo, sem vivência no local.

Esses aspectos estão muito atrelados à percepção de espaço e lugar. Nesse sentido, duas análises relevantes podem ser feitas: o fato de que, para o observador externo, muitas áreas do bairro podem ser tidas como um espaço quando já são, para os moradores, um lugar efetivo, com usos e dinâmicas próprias, que o primeiro desconhece. Outra análise é a do não-lugar, reforçada por Augé (2004). O autor fala de lugares de passagem ou residuais, com os quais não se cria vínculos por parte da própria população. Isso só vem a partir de uma resignificação que deve ser feita por eles mesmos. A cidade só se torna viva a partir de experiências e memórias construídas.

Dessa forma, entende-se a relevância de colocar-se na posição de vivenciar experiências em conjunto com a comunidade, despir-se de preconceções e formar vínculos na intenção de obter robustez na confecção de um diagnóstico e projeto colaborativo. Com essa visão, foi cunhada a Metodologia Despertar, a funcionar como suporte nessas experiências.

A METODOLOGIA DESPERTAR

O Início da jornada para confecção da Metodologia Despertar é feita a partir do “Pós-conceito”: o “pós” implica um conceito que é formado após uma série de inserções e vivências comunitárias. Ao contemplar o bairro, o pesquisador está numa posição externa. Não existe um vínculo nem partindo do técnico, nem da população. Todos estão um pouco desconfiados – ausentes de confiança -. Quando essa confiança é firmada, as histórias são divididas e os

locais passam a ter significado, o agente externo se transforma em um potencial ator de interação com o bairro. A noção de um pós-conceito se faz relevante em oposição a uma posição de pré-conceito, onde o pesquisador se coloca como mero observador distanciado, que vê e infere noções a partir de vivências próprias e não relacionadas ao lugar. As consequências disso são exageros, erros de julgamento, concepções distorcidas e uma base frágil, ou inexistente, para mudanças, visto que as definições criadas são ausentes da verdade que vem a partir da memória de cada morador ou visitante frequente. Se colocando com uma percepção livre, a ser moldada, enquanto utilizando os sentidos para não só ver, mas enxergar a si e enxergar o outro, se faz uma troca real.

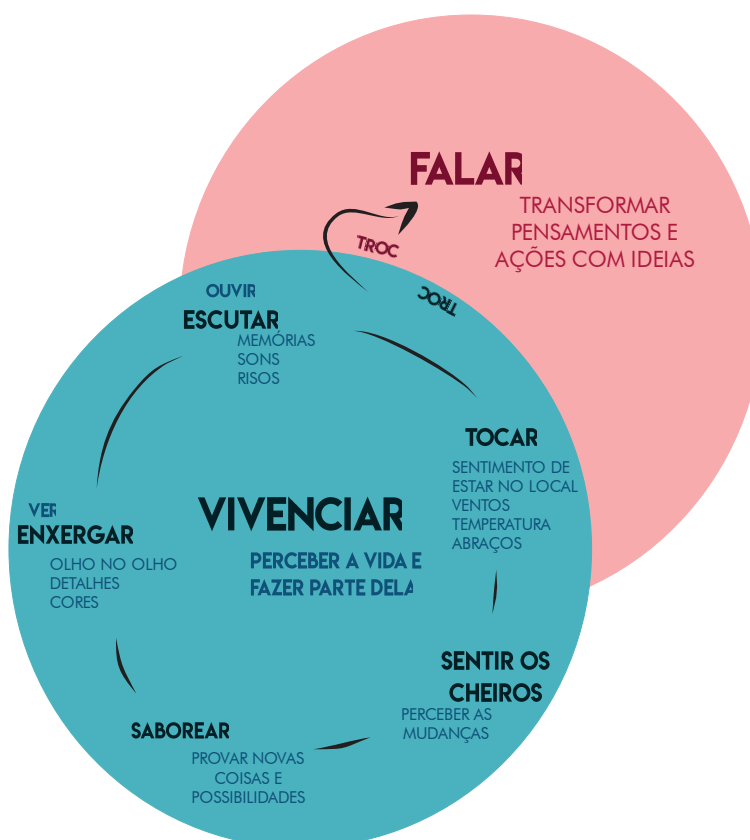


Figura 2: Processo de reconhecer o local a partir dos sentidos.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A metodologia Despertar foi construída em sete etapas, além de duas etapas a serem realizadas após a ação. Na primeira etapa, denominada 'Aproximação I', foi considerado o conhecimento efetivo do local a partir da presença pessoal com os espaços e a população, ressignificando as opiniões oriundas de um olhar externo a partir de vivências e formação de relações com a população. A Segunda Etapa, 'Aproximação II', foi planejada como um momento para explicação do trabalho, de suas etapas e intenções a um grupo focal. A terceira etapa, '(Re)conhecer', orienta a realização de atividades para percepções conjuntas de diagnóstico da área, tendo como base uma troca de conhecimentos entre o técnico/acadêmico e o saber empírico comunitário. A quarta, '(Re)novar', aborda a escolha do local para ação colaborativa, enquanto a quinta etapa, (Re)agir e a sexta, Comemoração, eram relacionadas à realização e conclusão desse ciclo na forma de uma festividade. Por fim,

a sétima etapa é reservada para o acompanhamento após a realização da ação colaborativa, na forma de um pós-ação e planejamento de longo prazo para a comunidade.

A relevância da Metodologia Despertar² vem das possibilidades de replicar esse tipo de processo, com atenção às especificidades de cada área e a necessidade de versatilidade. Esse tipo de metodologia não é definitivo, mas atua como uma base de planejamento para efetuar as atividades necessárias, tendo como objetivo:

- Realizar uma ação colaborativa em espaço físico elencado pela comunidade
- Definir um Plano Geral para o bairro a partir de diagnóstico realizado em conjunto
- Debater termos relevantes oriundos do contexto acadêmico, como uma forma de capacitação e concomitantemente efetivando que o conhecimento comunitário seja utilizado na tomada de decisões do bairro e da intervenção, funcionando como uma troca
- Consolidar o senso de união comunitária
- Identificar em conjunto com a população os principais espaços, talentos, atividades e trocas relacionais, buscando dinamizar a área ao colocar suas potencialidades a conhecimento de todos
- Firmar relações e parcerias entre instituições, líderes comunitários, moradores e visitantes frequentes do bairro.

O PLANEJAMENTO



Figura 3: Planejamento da metodologia.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Sendo assim, a metodologia foi sendo adaptada na medida em que era aplicada no bairro em questão, chegando a um produto que será apresentado com maior detalhamento a seguir. A ideia é que suas etapas e características possam ser utilizadas como base para confeccionar abordagens colaborativas em comunidades, passando por adaptações às

² Na aplicação no bairro Vila Neuma, em Iguatu-CE, foi realizada uma metodologia preliminar pensado como uma maneira de organizar o processo imersivo que se realizaria no bairro, mas produzida com a consciência de que deveria ser mutável de acordo com o que fosse sendo conhecido do local. Dessa maneira, praticamente todas as etapas passaram por alterações ao longo do processo na aplicação inicial no bairro Vila Neuma, mas o planejamento prévio se mostrou como um grande balizador das atividades realizadas. Com isso, chegou-se à uma metodologia aperfeiçoada, cunhada após um certo período de convívio com o bairro, denominada Metodologia Despertar e aqui apresentada.

realidades onde serão aplicadas. As descrições são seguidas de fichas resumo com informações referentes ao bairro que serviu de modelo para a aplicação inicial, servindo como base para localizações e datas referentes ao ano de 2018. Sendo adaptadas para outras realidades, os locais e as datas podem ser substituídos, bem como outras características da etapa que necessitem de adaptação de acordo com a nova área a ser aplicada.

A primeira etapa, denominada “Aproximação I”, consiste na imersão do facilitador na área, e consistente com o cenário vivido pela população no momento do estudo. Esse reconhecimento não pode ser realizado de forma externa, por observações no Google Earth ou conversas com moradores da cidade que ouviram falar do espaço, mas não convivem com ele, tendo em vista que a visão de um observador externo e de alguém que mora ou convive amplamente com o espaço e com as pessoas que nele habitam são diferentes. A partir das memórias e experiências construídas que trazem significado e transformam o espaço em lugar, o intuito dessa primeira fase é transformar a área –em um lugar para o pesquisador. De acordo com a receptividade, devem ser realizados registros fotográficos e de vídeo do local durante essas visitas. Nesse sentido, esse momento consiste de visitas ao local para observação e conversa informal com os que lá estão. O objetivo dessa fase é formar uma ideia do lugar a partir da observação do seu espaço físico e da forma como as pessoas reagem à presença de um integrante externo. Isso fornece o suporte para concluir se a comunidade é receptiva ou fechada, unida em sua totalidade ou se existem grupos, as atividades realizadas e possíveis talentos locais que possam ser incentivados no processo de diagnóstico a ser realizado nas fases subsequentes. Outro aspecto a ser observado e questionado de maneira informal, para sondagem, é a relação do lugar com seu entorno imediato, a exemplo dos bairros vizinhos e recursos naturais.

Além disso, é importante detectar quem são os principais atores locais, se existe algum tipo de liderança comunitária e firmar contato para apresentação do projeto na segunda etapa, bem como descobrir os pontos de encontro dos moradores - ambientes de atividade religiosa, lazer, esporte, festa. Cabe, também, buscar possíveis auxiliares no processo de aplicação da metodologia, como professores das universidades locais, educadores sociais ou outros interessados, na intenção de formar um grupo que siga do início ao fim da aplicação. Nessa fase inicial, é interessante perceber oportunidades de introduzir à população a motivação da visita e a pretensão de atuar naquele espaço, com a ajuda de todos, bem como coletar sugestões preliminares. A receptividade da população a isso, bem como as demais atividades mencionadas, têm a função de demonstrar se a metodologia deve prosseguir como delineada nas fases subsequentes ou necessitaria de ajustes, uma vez que o Urbanismo Colaborativo, por ser fundamentado na colaboração e contar com diversos atores, deve ser fundamentado também na versatilidade e capacidade de se moldar à medida que novos desafios e requerimentos surgem.

FICHA DE RESUMO DA ETAPA I

Objetivo da etapa: Reconhecimento do espaço e da população, suas relações, principais atores e dinâmicas e possível receptividade ao processo

Local: Todo o bairro

Datas: Visitas presenciais primeiro mês

Pessoas envolvidas: Pessoa conhecida no bairro com quem já existia um contato prévio por parte do facilitador

Figura 4: Ficha Resumo da Etapa I.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A segunda etapa, denominada “Aproximação II”, Consiste em realizar uma reunião de cunho organizado através de um grupo focal, ainda contando com certa informalidade, marcada com os líderes da associação e demais interessados em participar, inclusive crianças, contatados durante a primeira fase de aproximação, podendo ser num espaço aberto ou fechado, de acordo com a preferência das pessoas e da dinâmica observada, com o intuito de explicar as ideias a serem realizadas.

Nesse momento, é oportuno lembrar os participantes das visitas, perguntando se recordam desses momentos. São realizadas as apresentações, tanto do pesquisador como da metodologia e das fases que fazem parte do processo.

Esse é um início de capacitação, para tanto, é importante o suporte de materiais a serem apresentados aos moradores, de fácil entendimento, para que passem a compreender o que é Urbanismo Colaborativo e que, em uma escala, possam entender as motivações do trabalho. O interessante é que, além de participar, eles construam em conjunto esse conhecimento, para que o saldo da intervenção colaborativa não seja apenas o espaço físico, mas uma visão da realidade embasada por conceitos aos quais uma parcela daquela população ainda não teve acesso e que dá o suporte para que lutem de forma embasada por seus direitos.

Se o ambiente for oportuno, é realizada, previamente, uma atividade de interação entre os participantes, para dinamização desse momento e aumento da propensão das pessoas em debater suas opiniões em relação ao que foi dito. Em seguida, são realizadas as apresentações e a troca se inicia: o debate de temáticas relacionadas ao urbanismo colaborativo e, subsequentemente, às problemáticas e potencialidades do bairro.

Após a realização desse momento, é marcado o próximo encontro, para início da terceira etapa. Para não haver dependência de dispositivos eletrônicos ou de internet, ainda que esses possam ser utilizados na criação de páginas que remetam aos encontros que serão realizados, são entregues convites em formato de papel, de acordo com a figura 4, com espaço para preencher a data do encontro, buscando fixar na memória dos participantes a lembrança desse dia.

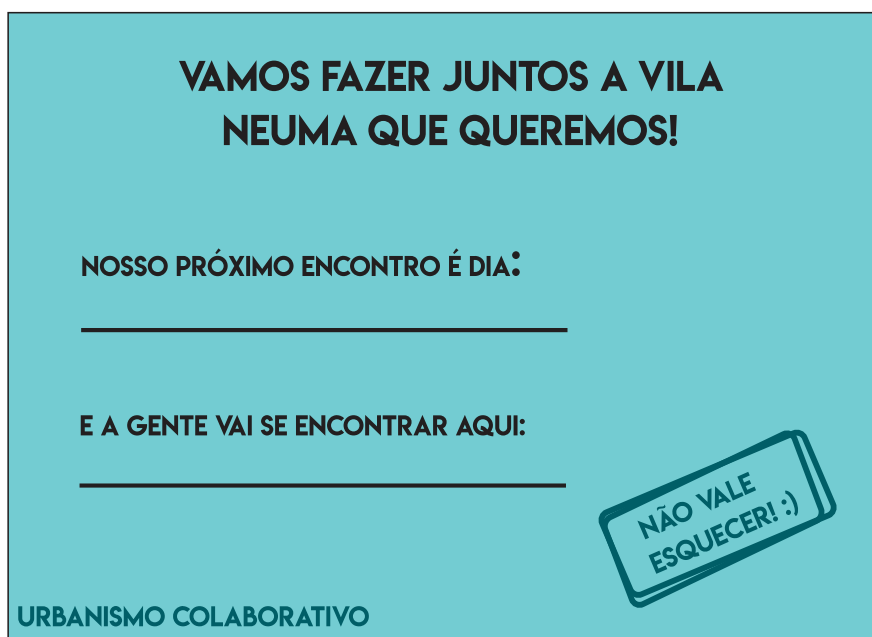


Figura 5: Exemplo de convite à comunidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

FICHA DE RESUMO DA ETAPA II

Objetivo da etapa: Apresentação do projeto e definição de locais na comunidade que merecem maior atenção para serem trabalhados no próximo encontro

Local: Associação de Moradores do Bairro (se houver), ou um espaço aberto, caso o grupo prefira

Datas: : 1 visita presencial no segundo mês

Pessoas envolvidas: Moradores do bairro, com presença dos líderes da associação

Figura 6: Ficha resumo etapa II.
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

As etapas três, quatro e cinco são das mais relevantes de todo o processo e recebem como nome o conjunto “(Re)conhecer, (re)novar e (re)agir.”³ A partir desse momento, se iniciam efetivamente as atividades conjuntas para a definição de um Plano Geral para o bairro. É importante reforçar a necessidade desse acompanhamento direto com a população local, para que se entenda se a metodologia está sendo aplicada de forma coerente com a realidade em que vivem.

³ O método de abordagem descrito nessas etapas foi alinhado com um dos líderes comunitários e um dos moradores que vinha acompanhando o processo no bairro em estudo, Vila Neuma, para garantir que fosse a melhor maneira de tratar as questões com a maior parte dos moradores.

Dividido em 3 etapas, os nomes remetem às três fases do despertar comunitário, que se complementam entre si: apresentadas em uma ordem no papel, mas na prática, se intercalam ao longo do processo. Enquanto todas as etapas são relevantes, essas se fazem cruciais na definição do diagnóstico conjunto e escolha de local para intervenção. Dessa maneira, Foi planejado em conjunto com os líderes uma abordagem inicial de dois dias de reunião de diagnóstico, um dia contando com um piloto de intervenção no local elencado pela comunidade, e um dia no formato de um evento celebrativo, para que a comunidade iniciasse o entendimento do processo que seria nos meses seguintes. Assim, o método descrito nessas etapas, em especial da fase diagnóstica, é também replicável para diversos grupos comunitários, para que sejam aferidas diferentes visões do bairro. Será demonstrado, então, o planejamento pensado para o diagnóstico.

O primeiro momento, (Re)conhecer, fala sobre ‘conhecer mais uma vez’, conhecer de novo. Reconhecer, então, coisas que foram esquecidas, que pensava-se ter perdido. Coisas que eram sabidas no inconsciente, e agora tem-se a chance de resgatar. Na verdade, sempre se teve – e sempre terá. Basta estar em movimento reflexivo e ativo. O segundo, (Re)novar, convida os moradores à reflexão a partir do constante reconhecimento do espaço onde vivem e si mesmos, uma vez que o ato de perceber traz uma informação que se faz nova e gera essa nova energia para uma ação, o que leva ao terceiro momento: o (Re)agir.

O (Re)agir fala sobre agir a partir dos desejos internos. Encontrar o que existe dentro de cada um, que faz ir além do incômodo. O que se quer mudar foi percebido, e agora é o momento de sair de uma posição de espera, de desesperança, para uma posição de ação. Retomar a energia e tomar posse do que é direito, mostrando a consciência a partir de uma mudança que vem pelas próprias mãos, e que não vai parar por ali – é a demonstração de novas percepções e novas buscas.

Dessa forma, no primeiro momento, (Re)agir, é realizada uma análise em conjunto do bairro. É apresentado um mapa pré-confeccionado, de maneira básica, com marcações de locais relevantes para a população, percebidos a partir das vivências das etapas de aproximação.

A partir dessa base, divididos em grupos de 4 ou 5 pessoas, são anotados no mapa percepções sobre o bairro a partir do que os moradores considerarem como potencial ou obstáculo. A partir das capacitações realizadas ao longo da reunião, caso haja novas percepções, estas podem ser acrescentadas. A ideia é perceber os lugares e suas características: lugares de brincadeira; lugares de conversa; lugares que se sentem bem ou mal, ainda que não saibam por que; lugares que apresentam perigo; lugares que apresentam segurança; lugares de troca; os percursos cotidianos de cada um; lixo, falta de saneamento; beleza natural, lugares ‘bonitos’; Arborização.

A partir da percepção desses lugares, os grupos são convidados, agora como parte de atividade classificada como (Re)novar, a inferir de que forma os potenciais podem ser aproveitados e os obstáculos, transpostos. Depois desse momento, são debatidas quais dessas iniciativas têm caráter de iniciativa governamental e quais poderiam ser executadas por iniciativa comunitária, no formato de colaboração. Desses locais, o que é percebido com mais possibilidade de melhoria a partir de iniciativa comunitária é elencado como o escolhido para

receber a ação colaborativa. Esse é um momento para capacitação em forma de debate. Conceitos a serem debatidos são: lugar; espaço construído e não construído; espaço próprio e comunitário; diferença entre ação comunitária e governamental; mapas e sua confecção. Por fim, os participantes são convidados a compartilhar seus talentos. Nesse debate, entende-se que a arte, a confecção, o plantio de árvores e os interesses de cada um podem ser considerados talentos quando colocados ao conhecimento de todos da comunidade, uma vez que passam a contribuir com o cotidiano das relações de bairro e podem ser articuladores de uma série de dinâmicas. A próxima reunião é marcada com o mesmo grupo, podendo ser divulgada para mais pessoas que queiram participar, no intuito de efetuar o planejamento da ação colaborativa.

FICHA DE RESUMO (RE)CONHECER/(RE)NOVAR

Objetivo da etapa: Compreensão em conjunto da comunidade. Entendimento de pontos positivos e negativos e diferentes atuações dos agentes da mudança (poder público e população); Capacitação.

Local: Auditório de escola ou sala espaçosa no bairro

Datas: : 1 visita presencial no segundo mês

Pessoas envolvidas: Moradores do bairro e demais interessados

Materiais necessários: Quatro mapas base com elementos do bairro para compreensão da população em tamanho médio; Um mapa em tamanho grande para resumo das propostas pensadas por cada grupo; canetas coloridas

Figura 7: Ficha resumo (re)conhecer, (re)novar.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Como parte da etapa (Re)agir, em um segundo dia de reunião, com o lugar escolhido, é traçado um projeto do que será realizado na área, de forma simples. Nesse momento, as atividades são: Desenhos de mobiliário, de atividades que acontecerão em cada lugar; Definição de zonas; Separação de grupos para atuar em cada zona; Materiais a serem utilizados Possibilidades de captação de recursos.

Essas atividades são realizadas com o pensamento do chamado 'piloto de ação colaborativa', ou seja, um momento de intervenção realizado como base para que o pesquisador compreendesse a maneira da população se portar diante do fazer colaborativo, e também das pessoas iniciarem o entendimento real do que significa uma intervenção colaborativa. Dessa maneira, é marcado o dia de uma ação de limpeza no local escolhido pela população na fase anterior. Pessoas externas podem ser convidadas para esse momento e são divididas responsabilidades quanto à captação de recursos.

FICHA DE RESUMO (RE)AGIR

Objetivo da etapa: Delinear assuntos relacionados à ação de urbanismo colaborativo, firmar parcerias e definir a data do piloto de ação.

Local: Auditório de escola ou sala espaçosa no bairro

Datas: : 1 visita presencial no terceiro mês

Pessoas envolvidas: Moradores do bairro e demais interessados

Materiais necessários: Mapas base para delimitação das zonas e grupos de ação no local escolhido.

Figura 8: Ficha resumo (re)agir.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Importante característica de uma metodologia colaborativa como essa é a versatilidade. Deve-se adequar aos acontecimentos do local e à sua forma de funcionamento, bem como prever margem para mudança de datas e alterações que possam se fazer necessárias.



Figura 9: Convite entregue à população na aplicação no bairro Vila Neuma.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Despertar

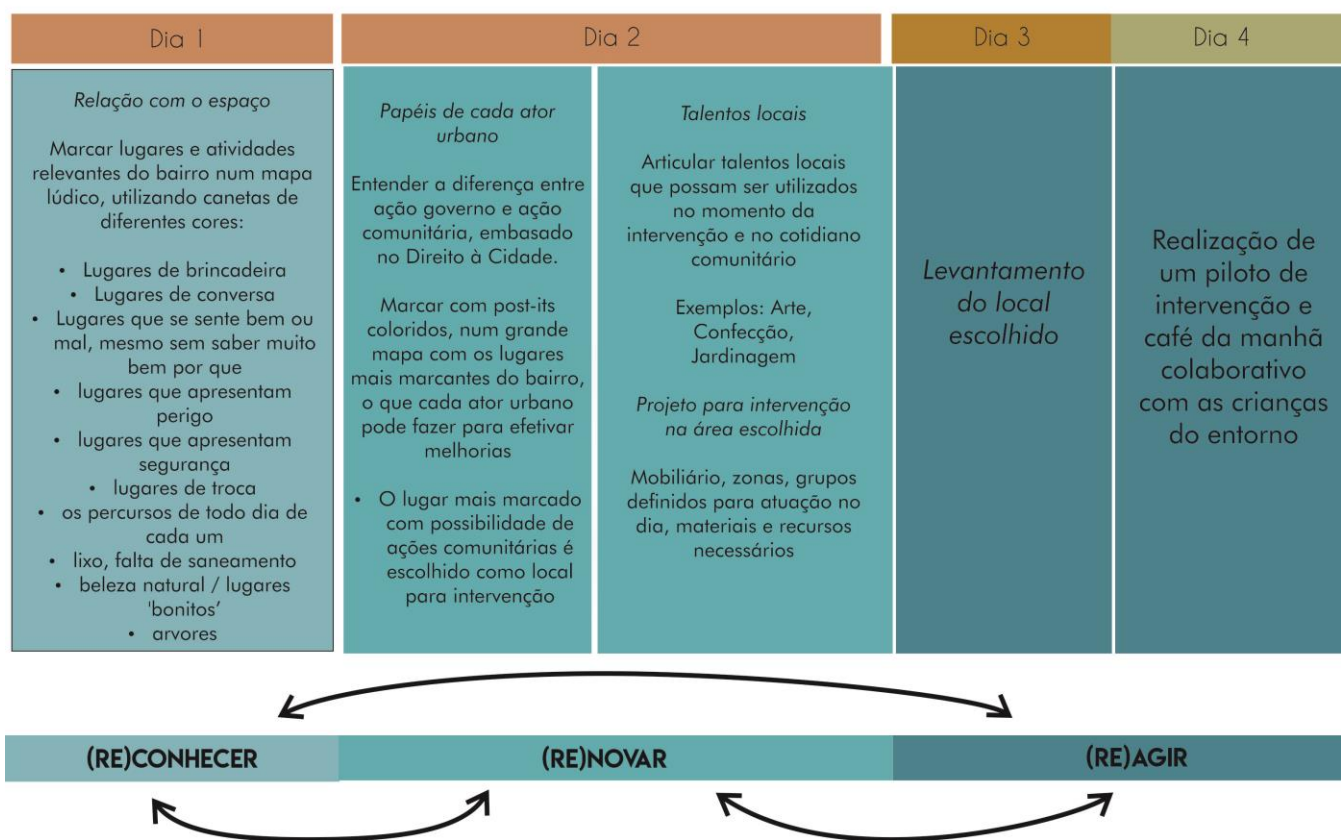


Figura 10: Etapas '(re)conhecer, (re)novar e (re)agir' da metodologia Despertar.
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Tendo sido realizadas as duas etapas de Aproximação e o conjunto das três etapas (re)conhecer, (re)novar e (re)agir, cuja premissa é conhecer as atividades do espaço, buscar as formas que podem ser melhoradas e tomar ação a partir dessas percepções⁴ é necessário que haja um momento para fechamento do ciclo que se deu com essa comunidade. Nesse sentido, são planejadas as quatro etapas subsequentes: a sexta etapa, denominada comemoração, consistindo em um dia com música e comida no espaço requalificado colaborativamente, para que seja fomentado o uso do lugar e o reconhecimento por todos da mudança que aconteceu ali; a sétima etapa, consistindo em uma reunião de compreensão do que pode ser feito a longo prazo pela comunidade a partir do que foi aprendido em todo o processo; e as etapas extras, consistindo em alguns meses de acompanhamento do espaço requalificado e das relações firmadas a partir do processo colaborativo. Por fim, é realizada a etapa conclusiva, que consiste no fechamento efetivo do ciclo, com o objetivo de que os líderes comunitários em conjunto com todos os moradores sintam-se conscientes do seu poder de catalisar mudanças para dar continuidade a atividades positivas no local sem a necessidade de uma presença catalisadora externa.

⁴ no caso do Bairro Vila Neuma, na forma de uma ação colaborativa na Praça do Mutirão

A experiência de aplicação da metodologia Despertar no bairro Vila Neuma se mostrou como uma oportunidade de compreender em que áreas a aplicação teria mais obstáculos a contrapor e quais eram os pontos a ser reforçados. Alguns destaques foram a percepção inicial da forma que os sentidos podem auxiliar na aproximação com a comunidade, o entendimento de que a metodologia deve se manter versátil de acordo com as características do lugar em que é aplicada, bem como deve dar margem à observação de talentos e potenciais locais a serem utilizados como método de abordagem. A forma de se comportar dos que formam o todo do bairro é que vai ditar a forma de comunicação a ser utilizada pelo pesquisador.

No bairro Vila Neuma, a metodologia foi aplicada no sentido de realizar o diagnóstico de bairro e gerar como produto um plano para o bairro, elencando espaços com potencial para mudança, sendo um deles transformado colaborativamente pela comunidade em conjunto com importantes agentes locais e patrocinadores. Os processos foram bem sucedidos e o objetivo principal, de realizar uma mudança em conjunto em um dos espaços elencados pela população, foi atingido. As imagens a seguir ilustram essas vivências.



Figura 11: Conversa de porta em porta com moradores do bairro Vila Neuma na etapa de Aproximação.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.



Figura 12: Reunião de mapeamento do bairro Vila Neuma com a população local.
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.



Figura 13: Nos encontros com a comunidade, a presença das crianças e sua compreensão do que estava acontecendo era importante.
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.



Figura 14: Espaço elencado pela população antes da ação colaborativa.
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.



Figura 15: Espaço elencado pela população depois da ação colaborativa.
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confecção da Metodologia Despertar no intuito de proporcionar um diagnóstico e Plano colaborativo para um bairro se mostra como importante adendo às teorias emergentes relacionadas ao Urbanismo Colaborativo. Sua aplicação no bairro Vila Neuma foi de grande relevância no entendimento de quais são os obstáculos na formação dos vínculos entre um pesquisador e uma comunidade que buscam realizar atuações conjuntas. A comunicação entre os agentes envolvidos se mostrou como um dos aspectos chaves para que os objetivos fossem alcançados, pois perceber como a população local compreende as palavras e gestos utilizados proporciona que de fato essa comunicação aconteça e ambos se façam entender pelo outro.

A aplicação da metodologia com base nos conceitos observados tem em vista a unificação entre técnico e população local, bem como uma melhor articulação de ideias e um planejamento humanizado e conjunto. É um processo de imersão profundo que permite um olhar além da simples coleta de dados: a experiência de aplicação no Bairro Vila Neuma, em Iguatu-CE, trouxe a vivência de experiências e a formação de uma memória afetiva atrelada ao que agora tornou-se um lugar efetivo para quem antes era um observador externo. O acolhimento da população e das entidades a essa iniciativa confirma que a maior carência do bairro é de atenção: essas pessoas precisam ser vistas pelo que são e pelo que têm a oferecer. É um cenário que se repete em outras localizações e que a formação de vínculos proporcionada pela aplicação da metodologia busca transformar.

Alguns elementos a partir dessa experiência podem ser reforçados como facilitadores desse tipo de metodologia colaborativa: a existência de uma equipe multidisciplinar que organize e aplique a metodologia é importante, uma vez que auxilia no desenvolvimento em especial das etapas iniciais. São muitas atividades a serem desenvolvidas, que requerem diferentes tipos de saber e linguagens comunicacionais. Além disso, é importante elencar um grupo que siga em conjunto do início à conclusão da intervenção: isso facilita a troca de informações e auxilia que as reuniões se iniciem a partir de uma base da reunião anterior, bem como cria um sentimento de pertencimento e interesse desse grupo fixo ao projeto. A fase de captação de recursos é das mais relevantes, e quanto antes a população compreender sua importância, tão antes compreenderão que aquela intervenção realmente tem potencial para acontecer e passarão a se mobilizar para conseguir o que julguem necessário em conjunto. É um item que deve ser reforçado no máximo de reuniões e conversas possível, para minimizar as faltas de elementos importantes para a construção. A realização do evento de Ação Colaborativa da Praça do Mutirão demonstra o potencial de transformação e o poder que o agir comunitário concentra, ao se unirem com poucos materiais e um prazo curto. Mostra, também, que existem entidades parceiras e pessoas de fora que, ainda que não possam colocar a mão na massa, têm um papel relevante para que esse tipo de iniciativa seja concretizada. Cada agente envolvido, cumprindo sua função, é parte integrante de um resultado que vai muito além de algo físico: é refletido nos sorrisos, nas memórias e no fortalecimento da união comunitária. Indo além, é refletido no depois: nas consequências que vêm de se sentir ouvido e ver um sonho tomar forma – continuar a sonhar, agora com vontade de agir e esperança.

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, Sherry R. "A Ladder of Citizen Participation," JAIP, Vol. 35, No. 4, July 1969, pp. 216-224.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Brasil: Papirus, 2004. 112p.

BIGI, Ana. *A importância do processo participativo*, Maio 2010. Disponível em: [hp://www.atelieurbe.com/single-post/2016/05/10/Aimport%C3%A2ncia-do-processo-participativo](http://www.atelieurbe.com/single-post/2016/05/10/Aimport%C3%A2ncia-do-processo-participativo) Acesso em: 15 de setembro de 2017.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. *Cidades Brasileiras: seu controle ou caos: o que os cidadãos brasileiros devem fazer para a humanização das cidades*. São Paulo: Nobel, 1989. 143 p.

LANER, Izadora Carvalho. *Urbanismo Colaborativo como caminho de solução aos desafios da cidade*. AEAULP a Língua que habitamos. p. 439 a 447.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao planejamento e gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p.